

# folha de rosto

Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação

## Lugar de fala, representações e representatividade de mulheres e LGBTQ+ na Biblioteconomia a partir das ações extensionistas e de pesquisa no Brasil

Denise Braga Sampaio  
Izabel França de Lima

ARTIGO

### Resumo

Trata das interações das graduações em biblioteconomia com a prática extensionista como campo mediador entre o dever do graduando e do docente e as demandas sociais advindas das comunidades sub-representadas, especialmente as ligadas a gênero (mulheres e LGBTQ). Objetiva-se refletir sobre as possibilidades descortináveis da profissão, e dos estudos que dela derivam, sobre a atuação da área em relação às comunidades sub-representadas, em uma perspectiva de gênero. Extensivamente, objetiva-se mapear os projetos de pesquisa e as ações extensionistas dos cursos de bacharelado em Biblioteconomia de Universidades Federais (UF) e Estaduais (UE) que digam respeito a gênero e sexualidade, para responder à questão 'Como estão articuladas, a nível nacional, as ações extensionista e de pesquisa da Biblioteconomia voltadas à temática de gênero e sexualidade?'. Utiliza-se, desta forma, da pesquisa documental, por meio da busca de ações extensionistas ligadas à temática nos sítios das Universidades Federais e Estaduais do Brasil, arazoando os achados por intermédio da análise de conteúdo. Teve-se por resultado uma baixa incidência de ações extensionistas voltadas às comunidades LGBTQ e de mulheres, o que demonstra um olhar ainda fosco da área em relação ao seu papel como agente de modificação da realidade de grupos socialmente vulneráveis.

**Palavras-chave:** Extensão universitária. Biblioteconomia Social. Comunidades Sub-representadas. Gênero. Mulheres. LGBTQ.

Place of speech, representations and representativeness of women and LGBTQ + in Librarianship based on the extension and research actions in Brazil

### Abstract

It deals with the interactions of graduation in librarianship with extensionist practice as a mediating field between the becoming of the graduate and the teacher and the social demands arising from underrepresented communities, especially those related to gender (women and LGBTQ). The objective is to reflect on the possibilities available to the profession, and the studies that derive from it, on the performance of the area in relation to the underrepresented communities, from a gender perspective. Extensively, it aims to map the research projects and the extension actions of the bachelor's degree programs in Librarianship of Federal Universities (UF) and State (EU) that deal with gender and sexuality, to answer the question 'How are they articulated at the level national, extensionist and research activities of librarianship focused on the theme of gender and sexuality?'. It is used in this way of documentary research, by means of the search for extensionist actions related to the subject in the sites of the Federal and State Universities of Brazil, reasoning the findings through the analysis of content. The result was a low incidence of extensionist actions directed at LGBTQ communities and women, which shows a still faint look of the area in relation to its role as agent of modification of the reality of socially vulnerable groups.

**Keywords:** University Extension. Social Librarianship. Underrepresented Groups. Gender. Women. LGBTQ.

## 1 Introdução

Produto do workshop *Lugar de fala: silenciamento e protagonismo de mulheres e LGBTQ+ na academia*, realizado na X Semana Acadêmica de Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri (SEABI)<sup>1</sup>, o presente artigo discute os conceitos de lugar de fala, representatividade e representação sob a ótica do paradigma social na Biblioteconomia, tomando por base

<sup>1</sup> SEMANA ACADÊMICA DE BIBLIOTECONOMIA, 2018, Juazeiro do Norte (CE). **Workshop**. Juazeiro do Norte: Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri.

seis<sup>2</sup> unidades de estudo (Fundamentos Teóricos da Biblioteconomia e Ciência da Informação; Organização e Tratamento da Informação; Recursos e Serviços; Gestão da Informação; Tecnologia da Informação; Pesquisa) na formação do (a) bibliotecário (a).

As discussões advindas do referido workshop resultaram na produção deste artigo, nos levando a questionar o entendimento como se dá a parte social da área, sobretudo em relação às comunidades sub-representadas, historicamente marginalizadas e atualmente amparadas pelos Direitos Humanos.

Portanto, objetiva-se refletir sobre as possibilidades descortináveis da profissão, e dos estudos que dela derivam, sobre a atuação da área em relação às comunidades sub-representadas, em uma perspectiva de gênero. Extensivamente, objetiva-se mapear os projetos de pesquisa e as ações extensionistas dos cursos de bacharelado em Biblioteconomia de Universidades Federais (UF) e Estaduais (UE) que digam respeito a gênero e sexualidade.

Essas inquietações são passíveis de averiguação dado que o Brasil possui estatísticas negativas em relação à proteção, acesso à educação e dignidade de suas comunidades sub-representadas. Em linhas gerais, o país é campeão em LGBTcídio, dado que, a cada 19h, um membro desta comunidade é morto ou comete suicídio (PEREIRA, 2018). O acesso à educação formal, para LGBT, é parco, estando, aproximadamente, 90% das pessoas transgênero à mercê da prostituição ou da própria criminalidade, pela falta de oferta de empregos formais, sobretudo daqueles que exigem maior capacitação de candidatos, segundo levantamento da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)<sup>3</sup>.

Ainda sobre emprego e gênero, ao tratar-se de mulheres cisgênero, é patente afirmar que o mercado de trabalho é, ainda, campo majoritariamente masculino. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a diferença de ocupação de postos de trabalho entre homens e mulheres é de 26,5%, além disso, os desafios da jornada dupla, ou tripla (mulheres que tem atribuições domésticas e maternais paralelas ao trabalho remunerado) tornam-se, muitas vezes, empecilho na hora da contratação, gerando, em certas ocasiões, na diferença salarial, pouca perspectiva de promoção ou de ingresso em cargos de destaque ou chefia, entre outras questões.

Soma-se a isso que ambas as comunidades, de mulheres e de LGBT, enfrentam, cada qual em sua medida, graus e formas de violência que dizem respeito a uma mesma matriz heteronormativa e falocêntrica (BUTLER, 2008), essas serão melhor discutidas ao longo do referencial teórico. E o que tem a biblioteconomia a ver com isso? Valemo-nos da afirmativa de Lindemann; Spudeit; Corrêa (2016, p. 711) como indicativo de que “[...] é preciso unir à prática social a prática bibliotecária por meio de uma educação comparada”, não esquecendo que a provisão de acesso e a mediação da informação são importante insumo para a promoção da cidadania. Portanto, discutir o papel dessa disciplina em uma perspectiva social é discutir também a emancipação de comunidades marginalizadas, ou sub-representadas.

## 2 Procedimentos Metodológicos

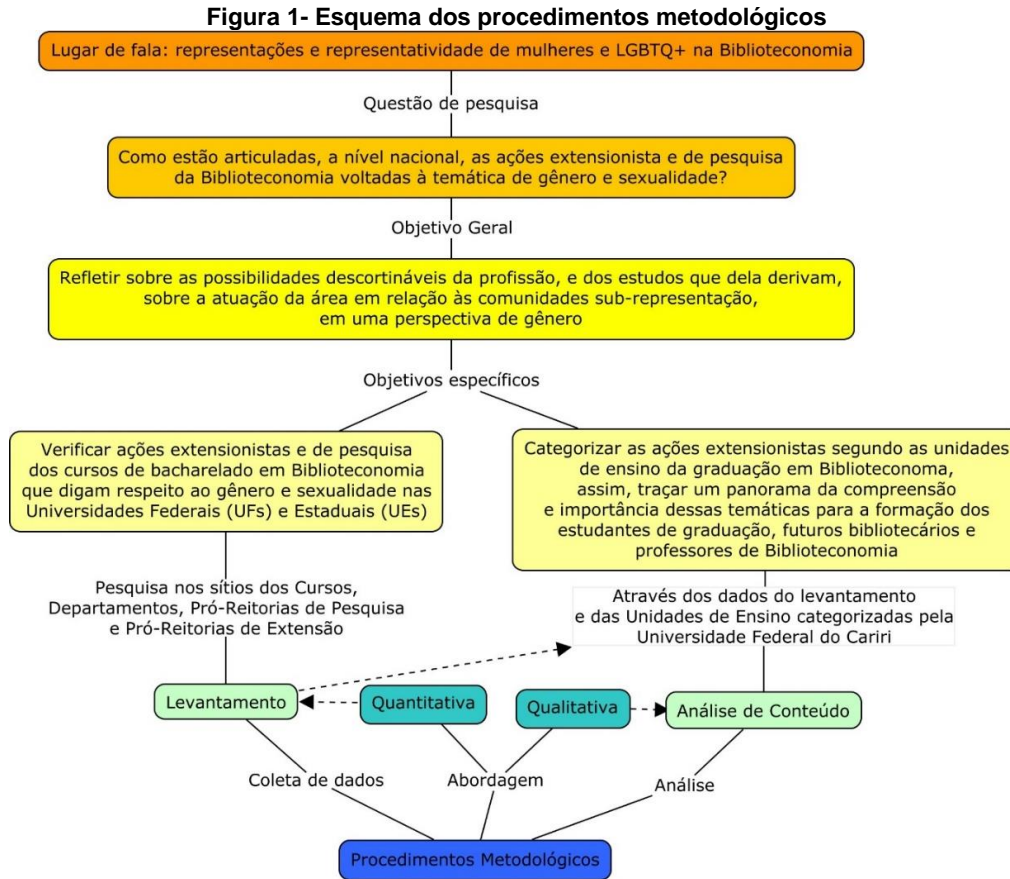
Com vistas a alcançar os objetivos propostos e responder à questão *Como estão articuladas, a nível nacional, as ações extensionista e de pesquisa da Biblioteconomia voltadas à temática de gênero e sexualidade?* o presente estudo se vale de uma abordagem quali-quantitativa, dado que faz um levantamento, que, segundo Gil (2008, p. 55), se caracteriza “[...] pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer [...] em seguida, mediante análise quantitativa, obter as conclusões correspondentes dos dados coletados”. Desta forma, buscou-se nos sítios das UFs e UEs (departamentos, cursos e nas Pró-reitorias de Pesquisa e de Extensão) os projetos que trabalham com a temática de gênero e sexualidade no campo da Biblioteconomia, a nível de graduação e, após levantamento, baliza-se os dados a partir da análise de conteúdo de Lawrence Bardin (1977), estes, respaldados pela ementa dos projetos (parte qualitativa). Assim, a Análise de Conteúdo

<sup>2</sup> Segundo o Programa Político Pedagógico (PPP) do Bacharelado em Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri (UFCA) são sete unidades de estudo. A sétima se trata do estágio supervisionado, no entanto, para fins metodológicos (entendendo que o estágio congrega as demais unidades a partir das práticas desenvolvidas) optou-se por não a apreciar na análise dos dados.

<sup>3</sup> Ver mais em: <https://economia.estadao.com.br/blogs/ecoando/transgenero-transsexual-travesti-os-desafios-para-a-inclusao-do-grupo-no-mercado-de-trabalho/>. Acesso em: 8 dez. 2018.

serve à pesquisa para categorizar tais projetos segundo as unidades de estudo revisitadas na introdução deste artigo e outras características/particulares que se apresentem ao longo do levantamento.

Assim, de forma estruturada, os objetivos coadunam-se com os procedimentos metodológicos da seguinte maneira:



Fonte: Elaborado pelas autoras.

A respeito da Análise de conteúdo, levando em consideração as fases evidenciadas por Moraes (1999), com base em Bardin (1977), tem-se as seguintes ações

**Quadro 1 - Fases da Análise de Conteúdo na Pesquisa**

Etapas (Bardin, 1977)	Etapas (Moraes, 1999)	Ações
Pré-análise	Preparação das Informações	Verificação dos projetos advindos do levantamento feito nos sítios.
Exploração do Material	Unitarização	Separação das informações em blocos de análise,
Tratamento dos resultados e interpretação	Categorização	A partir dos tipos de projeto e unidades de ensino às quais pertencem, realiza-se a categorização.
	Descrição	Esquematização e descrição das categorias encontradas.
	Interpretação	A partir das descrições dos projetos, da categorização e do escopo dos projetos, bem como do perfil de quem os coordena.

Fonte: Elaborado pelas autoras, baseadas em Bardin (1977) e Moraes (1999).

Optou-se pela busca dos perfis dos titulares dos projetos (coordenadores) na perspectiva de compreender melhor como essas ações extensionistas e de pesquisa se encaixam no curso, se por meio de professores de formação diversa ou da própria Biblioteconomia, o que permite uma visão mais ampla da execução e alinhamento destes com o curso.

Para melhor ajudar na compreensão das interações da Biblioteconomia com as discussões de gênero e sexualidade, tomou-se como aporte teórico a divisão em duas seções, a primeira delas tratando das concepções teórico-sociológicas a respeito de comunidades sub-representadas, especialmente mulheres cisgênero e pessoas LGBT, trazendo à baila conceitos ligados a esses grupos (lugar de fala, empoderamento, representação, representatividade, etc.), bem como a configuração da subalternidade (SPIVAK, 2010) destes na sociedade brasileira. A segunda seção trata da Biblioteconomia e seu desenvolvimento, especialmente no que diz respeito à formação profissional e a interação da área com questões político-sociais ao longo da história.

### 3 Exclusão como forma de inclusão marginal

De forma genérica, as pessoas são marcadas por suas vivências, estas são determinadas a partir de fatores sociais, políticos, econômicos, culturais, territoriais, étnico-raciais, de gênero e sexualidade. A depender de onde se esteja, você pode ser perseguido ou bem quisto a partir desses fatores. Mulheres que vivem no regime talibã, por exemplo, tem costumes e vivências completamente distintas de mulheres que vivem em uma cultura ocidental capitalista. Mas as diferenças não param por aí, em um país capitalista, se seu poder aquisitivo não é condizente com o *status quo* hegemônico, suas vivências são pautadas por dificuldades e privações que a classe anterior não precisa passar. Portanto, os sujeitos estão marcados por interseções de dominação, geralmente ligadas, entre outras coisas, à raça, ao gênero e à classe (BIROLI; MIGUEL, 2015).

A partir desse entendimento, alguns movimentos sociais começam a pautar suas ações e discussões numa perspectiva de entender a manifestação dessas interseções em si. É o que ocorre, por exemplo, com o feminismo negro, reduto da perspectiva interseccional, em autoras como bell hooks, Audre Lorde e Truth (RIBEIRO, 2017) e discutido por autoras outras, como Butler (RIBEIRO, 2017), em uma perspectiva das performances de gênero, muito caras à comunidade LGBTQ+. Portanto, as relações de dominação não se dão somente a partir de um marcador social, mas do conjunto destes, incidindo sobre os indivíduos. Por tal motivo, é tão importante que a assunção das identidades se dê de forma reflexiva e crítica, para que as dominações sejam entendidas e esgarçadas até seu rompimento completo.

A necessidade de entendimento das dominações é cara às comunidades sub-representadas na medida em que o poder perpassa tanto pelas identidades hegemônicas, como pelas subalternas, naquilo que Foucault (2003) chama de microfísica do poder. A possibilidade de mudança se dá pela não posse de poder por uma das identidades, mas por seu atravessamento em ambas. Um grupo como os Panteras Negras, por exemplo, se insurge em razão da segregação racial americana e, a partir disso, rompe pequenas estruturas, este grupo cuja superestrutura tratava de subalternizar começa então a exercer um contrapoder. Entender tal relação é importante às comunidades sub-representadas, primeiramente para que estas busquem o entendimento de si e das dominações que a permeiam e, a partir desse conhecimento, possam pensar, propor e executar ações de combate às desigualdades socioeconômicas, de raça, gênero e outras ordens. Uma dessas formas, pode ser vista no consagrado pedagogo brasileiro, Paulo Freire (1967; 1987), que entende como uma das ferramentas de emancipação dos indivíduos a educação.

É a educação, cuja ceiva é a informação em sua acepção mais pura, que subsidia a transformação.

Quanto mais dinâmica uma época na gestação de seus temas próprios, tanto mais terá o homem de usar, como salienta Barbu, 'cada vez mais funções intelectuais e cada vez menos funções puramente instintivas e emocionais'. Exatamente porque, só na medida em que se prepare para esta captação, é que poderá interferir, ao invés de ser simples espectador, acomodado às prescrições alheias que, dolorosamente, ainda julga serem opções suas (FREIRE, 1967, p. 44).

Tal concepção corrobora a celebre frase da filósofa Rosa Luxemburgo, de que “quem não se movimenta não sente as correntes que o prendem”, estampada em diversas camisas e postadas nas mais diversas redes sociais. Bem verdade, o que Luxemburgo quisera dizer é que, por estarmos enredados nas correntes da dominação, pouco a enxergamos, apenas quando tentamos subverter a ordem é que estas passam a nos machucar em alguma medida, como resposta ao ato insurgente. É

uma forma do poder agir sobre o contrapoder. Esse poder age, outrossim, a partir de dispositivos (AGAMBEN, 2005) legais, institucionais, culturais, arquitetônicos etc. que determinam o *modus operandi* da sociedade, por meio de preceitos morais e pela docilização dos corpos (FOUCAULT, 1999). Em outras palavras, os dispositivos servem como formas às pessoas, para que estas ajam segundo preceitos socioculturais determinados por ordens hegemônicas. As sociedades contemporâneas, por exemplo, se pautam em papéis de gênero definidos segundo uma lógica binária, falocêntrica, heteronormativa e reprodutiva (BUTLER, 1993). Tudo aquilo que subverte a esta ordem corre o risco de ser escamoteado, excluído, abjetado e, por vezes, silenciado (BUTLER, 1997).

Esse processo de abjeção e o próprio silenciamento se configuram em formas de dominação, mas também e sobretudo de violência. Esse silenciamento reside na inexistência, apagamento, ou cerceamento das falas, vivências, memórias e costumes do subalterno. A esse respeito, Spivak (2010), em seu livro *Pode o subalterno falar?* Mostra essas relações e suas implicações, mas, sobremaneira, empreende que os lugares de fala tanto devem ser conquistados pelo subalterno, como cedidos pelas identidades hegemônicas, naquilo que a autora compreende como agenciamento do subalterno. É dar consciência aos indivíduos circunscritos em uma identidade dominante (hegemônica) da sua dominação e como esta pode ser nociva ao coletivo, em contrapartida, é mostrar também ao subalterno que o seu silenciamento implica no desconhecimento tanto de seus pares, como da estrutura maior e, necessariamente, na supressão de direitos e de oportunidades. Por tal motivo, movimentos sociais defendem o respeito do lugar de fala dos agentes, para que os marcadores sociais que o incidem tornem-se claros em seus discursos e produções de conhecimento.

Djamila Ribeiro (2017, p. 69) pontua que “[...] o lugar social não determina uma consciência discursiva sobre este lugar. Porém, o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas”. Basicamente, determinar o nosso lugar de fala não implica no silenciamento de outrem, mas no respeito a essas vivências como ponto de partida reflexivo e discursivo. A depender do grau de dominação, uma pessoa negra pode não ter dado nível de conhecimento acerca de sua subalternidade em um sistema racista, como teria um antropólogo, no entanto, este mesmo antropólogo não tem o aprofundamento experiencial para narrar com a devida riqueza perceptiva e sentimental as marcas deixadas pelo racismo, se este só o conhece pela boca do negro, ou das páginas de algum livro sobre o tema. Portanto, ambos os conhecimentos, o vivenciado e o aprendido, são importantes.

A mulher só tem domínio da sua subalternidade em uma sociedade machista e patriarcal, quando confronta essa realidade, seja na discussão com outras mulheres ou na observância das tensões diárias do convívio com dispositivos de sexualização e impotencialização que lhe atravessam pelas interações com homens ou com outras mulheres, que reproduzem dispositivos machistas. Da mesma forma ocorre com a comunidade LGBT. E dentro destas mesmas comunidades, relações outras se configuram, como é o caso da mulher negra dentro do movimento feminista mais amplo, marcadamente pautado por questões eurocêntricas e brancas.

Subsidiar mulheres e LGBT, portanto, é uma forma de garantir que estes estejam munidos de um arsenal teórico conceitual que corrobore com suas vivências e lhes permita, a partir dessas interações, pensar estratégias de sublevar-se enquanto sujeitos e grupos frente a essa ordem hierárquica, silenciadora e violenta.

## 4 Concepções históricas da Biblioteconomia: gênero em [des]foco

A Biblioteconomia é conhecida, entre os pares, por ser uma das profissões mais antigas da história da humanidade (GARCIA, 2009). Desde que o homem começou a registrar suas vivências, aprendizados e histórias, surgiu a necessidade de organização. Vale destacar, nessa gênese da área, que os detentores de conhecimento eram, majoritariamente, em sociedades patriarcais, os próprios homens. Portanto, a produção do conhecimento e sua organização, se deram em grande parte do começo da história, sobretudo na Antiguidade e na Idade Média, por pessoas do sexo masculino, consideradas livres. Como mostra Gopinathan (2005, p. 522, tradução nossa<sup>4</sup>)

<sup>4</sup> Texto original: During this period scientific research was regularly carried out within the domestic realm, and women such as Jane Dee, Elisabeth Hevelius, Maria Kirch, Caroline Herschel, and Marie Paulze Lavoisier conducted their work in family settings. Universities continued to be closed to all women and many men; in order to make discoveries, many of these women used such strategies as marrying established men much older than themselves. Caroline Herschel was probably the first woman to be paid a salary for scientific work, and her three letters

Durante esse período [século XVI/XVII], a pesquisa científica era realizada regularmente no âmbito doméstico, e mulheres como Jane Dee, Elisabeth Hevelius, Maria Kirch, Caroline Herschel e Marie Paulze Lavoisier conduziam seu trabalho em ambientes familiares. As universidades continuaram fechadas para todas as mulheres e para muitos homens. Para fazer descobertas, muitas dessas mulheres usaram estratégias como casar-se com homens de vida estável e muito mais velhos. Caroline Herschel foi provavelmente a primeira mulher a receber um salário trabalhando com ciência, e suas três cartas publicadas nas *Philosophical Transactions*, da *Royal Society*, foram as primeiras a aparecer sob o nome de uma mulher. Paulze Lavoisier trabalhou com o marido em seu laboratório, ilustrou instrumentos para seus *Elementos de Química* (1789) e traduziu livros e artigos de inglês para ele. Ela também dirigiu um salão semanal em Paris, onde homens e mulheres se reuniam para discutir as últimas fofocas, peças teatrais e experimentos científicos - e onde as fontes de fundos para pesquisa eram obtidas.

Uma outra lembrança deste período é possível verificar em *O nome da Rosa*, de Umberto Eco, que evidencia como eram vistos os bibliotecários na Idade Média (IM), nas palavras de seu personagem, Alinardo.

Eu devia tornar-me bibliotecário... Mas depois o outro conseguiu que o mandassem a Silos, onde encontrou os manuscritos mais belos, e voltou com um saque esplêndido. Oh, **ele sabia onde procurar, falava também a língua dos infiéis**... E assim ele recebeu a custódia da biblioteca, e não eu. Mas Deus o puniu e o fez entrar antes do tempo no reino das trevas (ECO, 2010, p. 320, grifo nosso).

Eco (2010) apresenta, na obra, o bibliotecário como uma figura douda, conhecedora das culturas e línguas diversas, conhecimento adquirido, por vezes, por intermédio dos livros. No entanto, a fala de Alinardo, coadunada pelo relato de Gopinathan, mostra que o acesso, à época, era um privilégio de poucos. A maioria não tinha sequer ciência da existência das bibliotecas, tampouco, acesso aos seus materiais. Portanto, a origem da profissão está intimamente ligada à guarda e custódia (paradigma custodial) dos suportes do conhecimento, mas não a seu acesso e uso (MILANESI, 2002; SANTA-ANNA, 2015). Cabe lembrar também que a relação das mulheres com a biblioteca era praticamente nula na IM, dado que o conhecimento era profano e, sendo a mulher uma das causas do pecado original e expulsão dos homens do paraíso, estas ocupavam, invariavelmente, a posição de subalternidade e ignorância (NASCIMENTO, 1997).

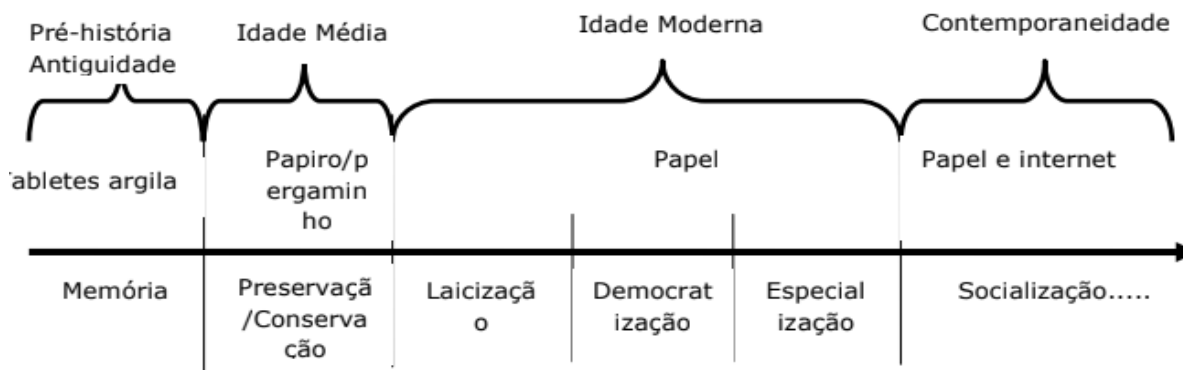
Com o tempo e o processo de secularização do conhecimento, a produção de livros e revistas cresce graças, também, ao desenvolvimento da imprensa e, mais contemporaneamente, das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC). A relação da biblioteca com as pessoas comuns e, conseqüentemente, dos bibliotecários, toma nova forma. A ascensão das universidades e a necessidade de desenvolvimento da ciência e da tecnologia pretende que a sociedade inaugure com o conhecimento uma nova relação, de maior proximidade. Desta forma, os bibliotecários precisam também, eles próprios, inaugurarem uma nova forma de ser e agir, pautada na educação formal deste novo profissional, agora, repaginado.

A essa nova fase, Santa-Anna (2015) chama de paradigma do acesso, evidenciando uma tentativa de ampliação dos horizontes da biblioteca a partir da sua desmaterialização e ingresso no meio virtual, surgindo assim outras tipologias (bibliotecas digitais e virtuais). Como afirma o autor, "as atenções dos profissionais transferem-se do acervo para o próprio usuário, ou seja, as preocupações estão mais envolvidas com o usuário e suas necessidades do que com a posse informacional" (SANTA-ANNA, 2015, p. 140). Santa-Anna (2015) revisita o desenvolvimento histórico da área conforme a evolução do suporte e da própria história da humanidade, como mostra a Figura 2.

---

published in the Royal Society's *Philosophical Transactions* were the first to appear under a woman's name. Paulze Lavoisier worked with her husband in his laboratory, illustrated instruments for his *Elements of Chemistry* (1789), and translated books and papers from English for him. She also ran a weekly salon in Paris where men and women met together to discuss the latest gossip, plays, and scientific experiments—and where sources of funds for research were obtained.

Figura 2 - Trajetória Evolutiva das Bibliotecas



Fonte: Santa-Anna, 2015, p. 143.

A esses três períodos da Idade Moderna (laicização, democratização e especialização), Santa-Anna dá especial atenção, ao evidenciar que esta primeira fase da Modernidade é marcada pelo processo de ruptura com a Igreja, passando as bibliotecas a atuarem voltadas para o interesse da burguesia, não mais dos mosteiros. O que significa dizer que a lógica de produção mecânica adentrou também nesta unidade de informação. O Estado passa a ser seu novo interventor e os mecanismos de controle são repensados, extraindo-se a lógica punitiva imposta pelos *index prohibitorum* a novos regimes, mais sutis, mas não menos protecionistas no que diz respeito aos conhecimentos registrados. A lógica da informação como poder é a máxima desse cenário, ao que Burke (2003) denomina de “monopólio da informação”. Sobre essa democratização, Santa-Anna (2015, p. 146) afirma que:

No século XVII, dois grandes acontecimentos interferem na grande indústria editorial: a criação dos periódicos (FACHIN, 2006) e o surgimento das universidades sob comando do poder estatal (MARTINS, 2001). Além desses dois marcos históricos, destaque pode ser aferido com a ocorrência da Revolução Francesa, proporcionando às bibliotecas, o contexto de um novo estágio: a democratização.

É justamente nesse período que as universidades tomam a dianteira no desenvolvimento das sociedades, que passam a entender a produção do conhecimento como fator preponderante à melhoria da qualidade de vida, da economia, indústria e demais fatores de impacto dentro de um mundo capitalista. Saber é poder, mas também possibilidade de transformação. Findando esse percurso das bibliotecas na Modernidade, Santa-Anna cita a fase de especialização, comportamento esperado da biblioteca, dado que o desenvolvimento do capital científico faz emergir demandas específicas dos centros de pesquisa e das universidades. Desta forma, a relação biblioteca-usuários torna-se mais próxima, na tentativa de prestação de serviços mais direcionados (MILANESI, 2002). É nessas interações que se desenvolvem os serviços de alerta, a disseminação seletiva da informação (DSI) e demais ações de personalização da oferta de informações.

Na contemporaneidade, a ascensão de discussões sobre inclusão em suas mais variadas formas e possibilidades inaugura uma nova virada dialógica para a Biblioteconomia, devendo pensar não mais o acesso à informação como mera disponibilização de acervos e serviços, mas como possibilidade de mudança social. Nessa nova forma de pensar a Biblioteconomia temas como competência crítica em informação, biblioteconomia social, o papel social do bibliotecário e a inserção de disciplinas introdutórias de sociologia e filosofia, bem como de disciplinas eletivas referentes a determinados nichos da sociedade (como comunidades negras e a disciplina de libras concedidas, geralmente, pelos departamentos de Letras) mostram o caráter humanista que deve tomar a profissão, cujos cursos de graduação estão, em sua efetiva maioria, nos departamentos de Ciências Sociais Aplicadas ou de Comunicação e Informação. Para melhor entender esse percurso, é basilar que se discuta a formação do bibliotecário nesse processo.

## 4.1 Formação em biblioteconomia em seu contexto brasileiro

A realidade brasileira não fora muito distante do cenário europeu, uma vez que a formação do país se deu pela colonização portuguesa. Logo, a Coroa assentou morada em solo baiano, trazendo de Portugal seus primeiros livros (após invasão francesa e mudança da família real para cá), para que estes fossem utilizados na formação dos habitantes da 'nova terra'. Vale destacar que não era de interesse do império que os colonos e nativos fossem doutos, mas que aprendessem os ofícios que os permitissem servir à Coroa. Os jesuítas tiveram grande contribuição nesse aspecto, reorientando os índios segundo uma lógica teológica e cristã. Os que não se convertiam eram sumariamente perseguidos. A primeira biblioteca brasileira servia de suporte à primeira escola da colônia, na Bahia, em 1568, sob custódia dos jesuítas.

Com a prevalência da Coroa portuguesa no Brasil, vem a necessidade de implantação da Biblioteca Real (1810), no Rio de Janeiro, que quatro anos após a instalação, fora aberta ao público e, em 1876, vira Biblioteca Nacional<sup>5</sup> (BN). Foi justamente neste contexto que surgiu o primeiro curso de Biblioteconomia<sup>6</sup> do país, realizado pela BN, a partir de 1915, sendo este o primeiro da América Latina e o terceiro do mundo. O referido curso tinha por base o modelo da *École Nationale de Chartres* (na França, em 1821), referência da época. Vale destacar que posteriormente surge a *School of Library Economy*, sob iniciativa de Melvil Dewey, em 1887, na Universidade de Columbia, nos EUA (FONSECA, 2007). O curso recém-inaugurado no Brasil contava com as disciplinas de Bibliografia (que incluía a parte de catalogação, classificação, organização e administração de bibliotecas); Paleografia e Diplomática; Iconografia e Numismática (FONSECA, 1979), tendo um caráter mais humanista, pela proximidade com o modelo francês.

Posteriormente, o modelo americano, mais tecnicista, pareceu aos gestores do curso mais respondentes às demandas emergentes. Às disciplinas anteriores, foram acrescidas e/ou modificadas: História Literária; Paleografia e Epigrafia; História Política e Administrativa do Brasil; Arqueologia e História da Arte; Bibliografia; Cronologia e Diplomática; Numismática e Sigilografia; Iconografia e Cartografia. Tais disciplinas eram ministradas e três instituições diferentes, não mais somente na BN, mas também no Museu e no Arquivo nacionais (FONSECA, 2007). Pode-se notar, a partir tanto do ingresso destas disciplinas, como da descentralização institucional que um novo caráter é dado à formação dos bibliotecários, mais voltado a questões históricas e artísticas do país. No entanto, o fator social ainda não incide nessa formação.

Hodiernamente, com o ingresso de disciplinas como Introdução à Sociologia e Introdução à Filosofia (reinserido nos currículos a partir da reabertura democrática do país), tem-se maior possibilidade de discussão em uma perspectiva social. Ações outras como as discussões de gênero, sexualidade e raça tem contribuído para se pensar novos olhares com vistas às diversidades. Essas discussões acontecem, por muitas vezes, no seio dos movimentos sociais que fazem parte da universidade, dentro dos centros e diretórios acadêmicos, nas representatividades estudantis e, em algumas ocasiões, promovida por professores sensíveis à causa, por intermédio de ações de pesquisa ou extensionistas. Estas ações foram impulsionadas, sobremaneira, a partir das proposições do Plano Nacional da Educação, tendo como um dos seus grupos de metas a redução das desigualdades e promoção da diversidade, que visa a diminuição e futura anulação das desigualdades socioeconômicas e raciais de estudantes de quatro a vinte e nove anos de idade, versa também sobre o direito de acesso à educação, independente das condições que circunscrevem o aprendiz. Da ação resultaram algumas disciplinas dentro das grades curriculares de cursos de bacharelado e licenciatura, como a inserção do ensino de libras nesta e a proposição de disciplinas voltadas à gênero e raça em ambas. Caso que ocorrera, por exemplo, com a Universidade Federal do Ceará (UFC), ao promover disciplinas como Relações Étnico-raciais e africanidades (VALÉRIO; SANTOS, 2018); Educação em Direitos Humanos e; Diferença e Enfrentamento profissional nas Desigualdades Sociais.

Tais inserções, mesmo que ainda muito tímidas, mostram uma preocupação da área com a temática, o que aparece com maior contundência na produção acadêmica de estudantes e professores em encontros científicos da Ciência da Informação e da própria Biblioteconomia, como foi o caso da Semana Acadêmica de Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri (SEABI/UFCA), cujo tema foi 'Biblioteconomia e Diversidade: diálogos étnico-raciais e de gênero' e do Encontro Regional Norte-Nordeste de Educação em Biblioteconomia, que teve como tema 'Desafios da Inclusão na práxis pedagógica: saberes

<sup>5</sup> A cronologia completa da história da Biblioteca Nacional pode ser vista em: <https://www.bn.gov.br/sobre-bn/historico>. Acesso em: 19 dez. 2018.

<sup>6</sup> Conhecido ainda como curso da Biblioteca Nacional. Somente em 1921 é adotado o termo Biblioteconomia para tal formação.



e fazeres na Ciência da informação', ambos os encontros realizados em 2018. Este último, teve um dos Grupos de Trabalho intitulado 'respeito, tolerância à diversidade e igualdade'.

É destacável, no entanto, que a práxis universitária é formada a partir de um tripé que compreende a produção científica (pesquisa), a formação do discente (ensino), mas também as interações destes e da própria instituição com a sociedade (extensão). Este tripé deve estar bem articulado para que os resultados possam ser percebidos e incorporados pelos alunos, na perspectiva de melhorar a sociedade segundo o que aprendera em sala de aula e além dela.

## 4.2 Extensão no campo da Biblioteconomia como prática dialógica e de formação profissional

A extensão universitária serve de aporte à sala de aula e à formação do discente, na medida em que coloca em prática as aprendizagens, de forma dialógica e transversal, também torna possíveis as trocas informacionais, afetivas e técnicas. Segundo Paula (2013, p. 6)

[...] a extensão universitária é o que permanente e sistematicamente convoca a universidade para o aprofundamento de seu papel como instituição comprometida com a transformação social, que aproxima a produção e a transmissão de conhecimento de seus efetivos destinatários, cuidando de corrigir, nesse processo, as interdições e bloqueios, que fazem com que seja assimétrica e desigual a apropriação social do conhecimento, das ciências, das tecnologias.

A extensão universitária, desta forma, é a ação institucionalizada, a partir dos projetos desenvolvidos por professores, que deve tocar o aluno, de forma que o faça despertar para essas necessidades, essas demandas da sociedade e entender que suas ações, enquanto potencial profissional podem ajudar a saná-las. Isso porque, no início dos empreendimentos extensionistas das universidades, surge o entendimento de que tal instituição deve ter em seu escopo, além da aprendizagem, a promoção do bem-estar social, ter responsabilidade institucional social (SILVA, 2018). Neste sentido, Paula (2013 p.10-11) aponta para duas vertentes da extensão universitária, a primeira delas, europeia e a segunda, norte-americana.

[...] a primeira, tendo se originado na Inglaterra, difundiu-se pelo continente europeu e expressou o engajamento da universidade num movimento mais geral, que envolveu diversas instituições (o Estado, a Igreja, Partidos), que buscaram, cada qual à sua maneira, oferecer contrapontos às consequências mais nefastas do capitalismo, num sentido que foi exemplarmente explicitado pelo líder político britânico Arthur Balfour, assim: 'a legislação social, como a concebo, não deve ser apenas diferenciada da legislação socialista, mas é seu opositor mais direto e seu antídoto mais eficaz' (BALFOUR [19--] *apud* MARSHALL, 1967 *apud* PAULA, 2013, p. 10-11).

Complementando,

A segunda vertente da extensão é protagonizada pelos Estados Unidos e tem como objetivo básico a mobilização da universidade no enfrentamento de questões referentes à vida econômica no sentido da transferência de tecnologia, da maior aproximação da universidade com o setor empresarial. Com efeito, as duas vertentes da extensão universitária consideradas até aqui estão ligadas a duas modalidades de desenvolvimento capitalista, a saber: ao modelo dominante em vários países europeus e que buscou legitimação e estabilidade mediante a implantação do Estado do Bem-estar Social; e ao modelo norte-americano de vocação rigorosamente liberal (PAULA, 2013, p. 10-11).

A realidade brasileira, como destaca Silva (2018) fora pautada pelo que versava o modelo europeu, desta forma,

No contexto nacional, a extensão foi introduzida pela vertente do modelo europeu, caracterizada pela realização de cursos. A primeira universidade a desenvolver atividades de extensão foi a Universidade de São Paulo. A primeira referência legal à extensão universitária foi o Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, que pontuava que a extensão universitária tinha como objetivo dilatar os benefícios da atmosfera universitária àqueles que não se encontram diretamente associados à vida da Universidade, dando amplitude às atividades universitárias, e elevar o nível da cultura geral do povo (BRASIL, 1931). O reconhecimento legal da extensão como atividade acadêmica deu-se no fim da década de 1980, juntamente com a organização do Fórum de Pró-Reitores de Extensão (BRASIL, 2002) O conceito de extensão enquanto processo educativo, cultural e científico, articulador do ensino, da pesquisa, viabilizador da relação transformadora entre Universidade e sociedade foi formalizado em 1987, no I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão Universitária. Esse

conceito refletia a posição que as universidades deveriam manter com a sociedade, fundamentada no diálogo, na interação (SILVA, 2018, p. 66).

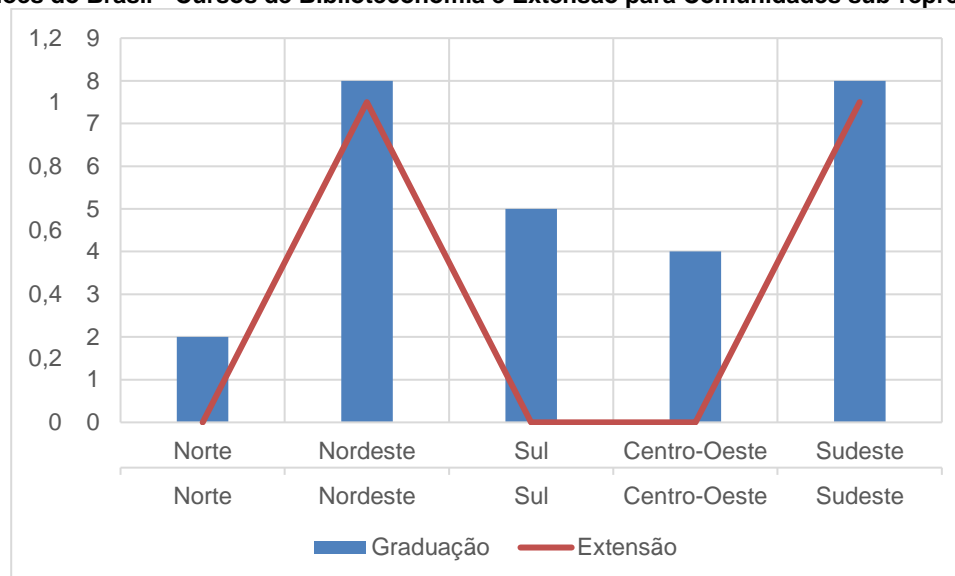
Deste modo, não há como se conceber uma ação extensionista sem que os conhecimentos científicos e técnicos de determinada área sejam levados em consideração e, invariavelmente, tampouco há extensão universitária que se furte do exógeno, da sociedade que externa essa instituição e, ao mesmo tempo, a atravessa. Portanto, a premissa básica da construção de uma ação extensionista é a coleta de dados neste meio externo. Os cursos de bacharelado em Biblioteconomia levam tal levantamento em consideração, por exemplo, quando da concepção de um projeto de biblioteca comunitária, formação de grupos de contação de história ou de normalização de trabalhos acadêmicos, que levam em consideração muitos aspectos da área, anteriormente vistos em disciplinas separadas dentro do pilar 'ensino'. A concepção de uma biblioteca comunitária, por exemplo, levará em consideração praticamente toda a vida acadêmica do aluno, para que este desenvolva ações de planejamento, organização, promoção de atividades culturais, veja a disposição física do acervo e demais artefatos da biblioteca, bem como saiba como atrair seu público.

[...] o bolsista de extensão precisa conhecer as necessidades dos usuários, a fim de dispor a informação certa para suprir a carência informacional do indivíduo. Para que ocorra a apropriação da informação é necessário que as fontes disponíveis possam ser acessadas e compreendidas pelos usuários. O processo midiático da informação é uma oportunidade para que as universidades exerçam sua responsabilidade pelo viés da ação da extensão, principalmente para as comunidades externas.

Esses projetos clássicos nos parecem ser basilares dentro da área, no entanto, existem ações outras que podem ser germinadas a partir dos conhecimentos biblioteconômicos, que advém não somente das acepções técnicas da área, mas das concepções sociais, culturais e políticas do aspirante a bibliotecário, estas, subsidiadas pelas disciplinas e abordagens antropológicas, sociais e culturais. Não é à toa que as introduções à sociologia e filosofia são tão importantes, o são porque abrem novos caminhos e horizontes ao aprendiz de biblioteconomia, mas um outro elemento-chave deste processo é, de fato, o professor que coordena as ações extensionistas. É dele o aporte teórico, a percepção amadurecida da realidade e o planejamento genérico do projeto e é em comunhão com o aluno que este se torna executável, observável em dada realidade e, junto à comunidade, que pode ser melhorado e ampliado. Desta forma, a vulnerabilidade de determinados grupos sociais, também conhecidos como minorias ou comunidades sub-representadas, pode ser dirimida ou diminuída graças aos esforços e à capacidade informativa da biblioteconomia em suas possibilidades organizativas, instrutivas e mediacionais. Em relação à comunidade LGBT e de mulheres, como ocorrem essas interações demanda informacional – ações extensionistas na prática?

## 5 Coleta e Discussão dos Dados

Para chegarmos a uma resposta à questão anterior, verificamos nos sítios institucionais das UF e EU (nas páginas das Pró-Reitorias de Extensão e dos cursos de graduação em Biblioteconomia) as ações extensionistas que levavam em consideração as comunidades sub-representadas, desta forma, tivemos por resultado 27 bacharelados em Biblioteconomia, dos quais, apenas dois apresentavam algum tipo de ação extensionista com esta proposta, como verifica-se no Gráfico 1.

**Gráfico 1 - Regiões do Brasil - Cursos de Biblioteconomia e Extensão para Comunidades sub-representadas**

Fonte: Dados da pesquisa

Como mostra o referido Gráfico, apenas nas regiões Nordeste e Sudeste há incidência de ações extensionistas voltadas a comunidades sub-representadas ligadas a gênero e sexualidade. Coincidência, ou não, ambas são, também, as regiões em que mais há bacharelados em Biblioteconomia. No entanto, alguns pontos precisam ser considerados, em uma análise mais aprofundada das regiões. O Nordeste brasileiro é o reduto da construção do homem viril, do sujeito *machão*, ou *cabra da peste* (GRANGEIRO, 2011; GALVÃO, 201-; BRILHANTE, 2015). Nesse sentido, a identidade hegemônica heterocêntrica é bastante forte na região, onde se enaltece a virilidade masculina. Diametralmente, é também a região onde há o maior índice de LGBTQ assumidos, aproximadamente 11% da população<sup>7</sup>. O Nordeste é o local cujo ranking de violência da ONU Mulheres<sup>8</sup>, de 2017, aponta como tendo três capitais com altos índices de violência de gênero e é também de onde se origina a lei que atualmente defende mulheres da violência doméstica, cujo batismo se dá em homenagem à fortalezense Maria da Penha, vitimada pelo ex-marido. Essa região, portanto, é marcada por grandes contrastes ligados a gênero e sexualidade.

Já a Região Sudeste, tem a cidade de São Paulo como reduto de uma das três maiores paradas LGBT do mundo<sup>9</sup>, esta mesma cidade é também a que teve maior registro de assassinatos a LGBT, contabilizados até maio de 2018. Segundo Vinhal (2018, não paginado),

O estado que registrou o maior número de mortes foi São Paulo, com 21; seguido de Ceará e Alagoas – ambos com 10 – e Pará, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro, com 9 cada. O Distrito Federal, por sua vez, contabilizou cinco casos. Segundo dados do Disque 100, em 2017 foram notificadas 1.720 denúncias contra pessoas LGBTi. Em 2016, 1.876 ocorrências e, em 2015, 1.983.

Em relação às mulheres, a mesma região tem, no Estado do Espírito Santo (ES), a maior taxa de feminicídio do Sudeste e a terceira maior do país<sup>10</sup>. No entanto, não é somente a questão da violência que atinge às duas comunidades (mulheres e LGBT), a falta de oportunidade em postos de trabalho formal, a diferença salarial e a falta e acesso à informação são outros fatores impeditivos, além das interseções com outros marcadores sociais como o fato socioeconômico e de raça, verificáveis

<sup>7</sup> <https://poenaroda.com.br/diversidade/nordeste-e-a-regiao-com-mais-lgbts-fora-do-armario-no-brasil-revela-datafolha/>. Acesso em: 27 jan. 2019.

<sup>8</sup> <http://www.onumulheres.org.br/noticias/salvador-natal-e-fortaleza-lideram-ranking-de-violencia-fisica-contra-as-mulheres-no-nordeste/>. Acesso em: 27 jan. 2019.

<sup>9</sup> <http://outracidade.uol.com.br/por-que-a-parada-gay-de-sao-paulo-saiu-do-guinness-como-a-maior-do-mundo/>. Acesso em: 27 jan. 2019.

<sup>10</sup> <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/es-tem-a-maior-taxa-de-feminicidios-do-sudeste-e-a-3-maior-do-pais.ghtml>. Acesso em: 27 jan. 2019.

nas *Estatísticas de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil*, produzidas pelo IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018).

Os dados demonstram a carência desses grupos em relação à assistência, assistência esta que pode ser iniciada por projetos de extensão, a partir da sensibilidade e habilidades de professores e alunos dos cursos de Biblioteconomia. Na região Nordeste, como se verifica no Quadro 2, há apenas uma ação extensionista, de autoria da professora Gisele Côrtes (UFPB), esta tem por formação superior duas graduações, a primeira em Pedagogia e a segunda em Ciências sociais e formação complementar com mestrado e doutorado em Sociologia.

**Quadro 2 - Ações de extensão dos cursos de Biblioteconomia na Região Nordeste**

Estado	Cidade	UF/UE	Depto/Centro	Projeto	Coordenação
Ceará	Fortaleza	UFC	DCI	-	-
	Juazeiro do Norte	UFCA	CCSA	-	-
Alagoas	Maceió	UFAL	ICHCA	-	-
Paraíba	João Pessoa	UFPB	CCSA/DCI	A INFORMAÇÃO NO ENFRENTAMENTO À LGBTFOBIA: sistema de informação no Espaço LGBT – João Pessoa	Gisele Rocha Côrtes
Rio Grande do Norte	Natal	UFRN	CCSA/Decin	-	-
Maranhão	São Luís	UFMA	CCSO/DeBib	-	-
Pernambuco	Recife	UFPE	CAC/DCI	-	-
Bahia	Salvador	UFBA	ICI	-	-

Fonte: dados da pesquisa.

Gisele Côrtes “atua nos seguintes temas: Organização Acesso e Uso da Informação, Mediação da Informação e Relações de Gênero. Integra o Grupo de Estudo e Pesquisa em Sociologia e Informação (GEPSI), vice-líder do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos de Gênero de Araraquara (NEGAR)/Faculdade Ciências e Letras”<sup>11</sup>. A referida professora trata dos aspectos informacionais em uma perspectiva da resiliência, entendendo os sistemas de informação e a provisão de acesso destes à comunidade como uma forma de promover conhecimentos diversos e de si e, a partir destes emancipar-se. Tal perspectiva coaduna com a ideia de Edmir Perroti (2017), que entende o acesso a informação como importante ferramenta para a busca do protagonismo social, no entanto, não é o fim, mas chamariz para o aprofundamento das discussões e proposições para mudança. Tal perspectiva pode também ser coadunada pelos estudos voltados à competência crítica em informação, cujo alicerce se dá em Paulo Freire e sua pedagogia emancipatória. Inferimos que a proposição da professora junto ao departamento se dá pela produção científica sobre a temática de gênero (pesquisa) e pela tangência do tema com suas vivências, dado que é mulher, negra e LGBT.

<sup>11</sup> <https://www.escavador.com/sobre/2008728/gisele-rocha-cortes>. Acesso em: 27 jan. 2019.

**Quadro 3 - Ações de extensão dos cursos de Biblioteconomia na Região Sudeste**

Estado	Cidade	UF/UE	Depto/Centro	Projeto	Coordenação
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	UNIRIO	EB	-	-
	Niterói	UFF	IACS	-	-
	Rio de Janeiro	UFRJ	FACC	-	-
São Paulo	São Paulo	USP	ECA/CBD	-	-
	Marília	UNESP	FFC	-	-
	São Carlos	UFSCAR	DCI/BCI	-	-
Minas Gerais	Belo Horizonte	UFMG		-	-
Espírito Santo	Vitória	UFES	CCJE/DB	Representações Femininas da Primeira Metade do Século XX (2016)	Antônio Luiz Mattos de Souza Cardoso

Fonte: dados da pesquisa

O projeto da região Sudeste localiza-se no Estado do Espírito Santo e trata especificamente das questões semióticas e representacionais que envolvem a mulher, em um período específico e, curiosamente, o projeto é concebido a partir de um professor. Antônio Luiz Mattos Cardoso é graduado em Ciência da Computação, possui especialização em Administração, mestrado em informática e doutorado em Educação. O projeto em questão, tratou-se de uma exposição fotográfica sobre a temática, ocorrendo apenas no ano de 2016.

É patente afirmar, a partir dos dados levantados, que as ações extensionistas referentes à gênero e sexualidade são, ainda, muito parcas e encabeçadas por professores de formações outras que não a biblioteconômica, o que nos faz inferir, primeiramente, que a área, em termos de extensão, ainda não amadureceu nem despertou para as suas potencialidades enquanto agente ativo junto à sociedade para diminuir os visíveis abismos sociais e informacionais que circundam essas comunidades sub-representadas e, por seu turno, que a interdisciplinaridade dentro do corpo docente se configura em importante ferramenta para trazer novos olhares e abordagens para os aprendizes, a partir tanto de suas experiências pessoais, quanto de pesquisa.

## 6 Considerações Finais

Notamos, a partir dos diálogos tanto do *workshop*, quanto do referencial teórico com os resultados coletados que a Biblioteconomia caminha para uma perspectiva social, na realidade brasileira, a partir da promoção de eventos, criação de GT específicos e produções científicas voltadas às comunidades sub-representadas, no entanto, no campo prático, levando-se em consideração o desenvolvimento dos aprendizes da área, as ações aparecem de forma diminuta, dado que, em um universo de 27 cursos, apenas dois apresentam/apresentaram projetos de extensão que envolvem a temática de gênero.

Isso pode ser um indicativo de que o desenvolvimento teórico não tem sido acompanhado pelo desenvolvimento prático de formação destes profissionais. Ora, se a Biblioteconomia é uma área social, cuja prática se constitui a partir de uma visão progressista, todos os públicos devem ser não somente pensados, mas atendidos em suas demandas e complexidades. As comunidades indígena, quilombola, LGBT, de mulheres (no sentido plural, por suas interseccionalidades) tem necessidades informacionais suficientemente específicas e que pertencem a uma égide de dominação dentro de uma estrutura engessada e hierarquizada. As violências simbólicas ocorrem, entre outras razões, pela falta de acesso às informações que propiciem uma mudança e é o bibliotecário, o aluno de biblioteconomia e o professor quem podem pensar estratégias de reduzir essa hierarquia e diluir este engessamento, a partir de uma formação crítica dos potenciais usuários das unidades informacionais.

A promoção destas ações, além de reforçar tal caráter humanitário, contribui para o fortalecimento desta perspectiva social e percepção dos atores envolvidos (de identidades subalternas e hegemônicas) tanto da importância em se diminuir distâncias e barreiras sociais, econômicas, legais, etc., mas também do campo de atuação da área de Biblioteconomia. Extensão essa que pode ser pensada na totalidade as unidades acadêmicas que abarca o curso. A criação de tesouros temáticos no campo de gênero é uma alternativa que já foi pensada, por exemplo, bibliotecas que tratem especificamente da temática são outra

alternativa, ou espaços de informação que tratem de informações específicas a esse público, como legislação, cuidados com a saúde, formas de proteção em situações de vulnerabilidade, formas de reconhecimento das situações de violência e assim por diante.

## Referências

- AGAMBEN, Giorgio. **O que é um dispositivo**. Outras travessias, n. 5, Ilha de Santa Catarina, 2 sem. 2005.
- BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 27-55, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/24124>. Acesso em: 5 jun. 2019.
- BRILHANTE, Aline Veras Morais. **O 'macho' nordestino em formação**: sexualidade e relações de gênero entre adolescentes cearenses. 2015. 45 f. Monografia (Especialização em Sexualidade Humana) – AVM Faculdade Integrada, Fortaleza, 2015. Disponível em: [https://www.avm.edu.br/docpdf/monografias\\_publicadas/posdistancia/53507.pdf](https://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/posdistancia/53507.pdf). Acesso em: 27 jan. 2018.
- BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.
- BUTLER, Judith. **Bodies that matter**: one the discursive limits of sex. Nova Iorque: Routledge, 1993.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- BUTLER, Judith. **Language, poder e identidade**. Madrid: Síntesis, 1997.
- ECO, Umberto. **O nome da rosa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- FONSECA, Edson Nery da. **A Biblioteconomia brasileira no contexto mundial**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979.
- FONSECA, Edson Nery da. **Introdução à Biblioteconomia**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2007.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GALVÃO, Rilmara Alencar. **Representação da masculinidade nordestina no cinema brasileiro**: uma análise dos signos identitários. UBI, 201-. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/galvao-rilmara-representacao-da-masculinidade-nordestina.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2019.
- GARCIA, Joana Coeli Ribeiro. Profissão: Bibliotecário. In: [COMEMORAÇÃO DO DIA DO BIBLIOTECÁRIO PROMOVIDO PELO CFP/CRB15 E CENTRO ACADÊMICO DE BIBLIOTECONOMIA], João Pessoa, 12 mar. 2009. **Palestra**. João Pessoa, 2009. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/biblio/article/viewFile/3946/3111>. Acesso em 18 dez. 2018.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOPINATHAN, Asha. Spotlight on Invisible Women. **Science**, v. 307, n. 5709, p. 522, jan. 2005. Disponível em: <http://science.sciencemag.org.ez15.periodicos.capes.gov.br/content/307/5709/522.1>. Acesso em: 18 dez. 2018.
- GRANGEIRO, Glaucenilda da Silva. Nordeste viril: representações da masculinidade no cinema brasileiro. In: SEMINÁRIO NACIONAL GÊNEROS E PRÁTICAS CULTURAIS, 3., João Pessoa, 26-28 out. 2011. **Anais...** João Pessoa, 2011. Disponível em: <http://www.itaporanga.net/genero/3/02/24.pdf>. Acesso em: 27 out. 2019.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estatísticas de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Estudos e pesquisas: informação demográfica e socioeconômica. **Estudos e Pesquisas – Informação Demográfica e Socioeconômica**, Rio de Janeiro, n. 38, jun. 2018. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf). Acesso em: 08 dez. 2018.
- LINDERMANN, Cátia; SPUDEIT, Daniela; CORRÊA, Elisa Cristina Delfini. Por uma biblioteconomia mais social: interfaces e perspectivas. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 707-723, dez. 2016. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1211>. Acesso em: 08 dez. 2018.
- MILANESI, Luís. **Biblioteca**. Cotia: Ateliê Editorial, 2002.
- MORAES, Roque. **Análise de conteúdo**. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

NASCIMENTO, Maria Filomena Dias. Ser mulher na Idade Média. **Textos de História**, Madri (Espanha), v. 5, n. 1, p. 82-91, 1997. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/viewFile/5807/4813>. Acesso em: 18 dez. 2018.

PAULA, José Antônio de. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces: Revista de Extensão**, v. 1, n. 1, p. 05-23, jul./nov. 2013. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/revistainterfaces/index.php/IREXT/article/view/5/pdf>. Acesso em: 26 jan. 2019.

PEREIRA, Cláudia. A cada 19 horas, uma pessoa LGBT é assassinada ou se suicida no Brasil. **Estadão**, 25 abr. 2018. Disponível em: <https://emails.estadao.com.br/blogs/familia-plural/a-cada-19-horas-uma-pessoa-lgbt-e-assassinada-ou-se-suicida-no-brasil/>. Acesso em: 8 dez. 2018.

PERROTI, Edmir. Sobre informação e protagonismo cultural. In: GOMES, Henriete Ferreira; NOVO, Hildenise Ferreira (org.). **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017.

RIBEIRO, Djamilia. **O que é lugar de fala**. Belo Horizonte, Letramento, 2017.

SANTA ANNA, Jorge. Trajetória histórica das bibliotecas e o desenvolvimento dos serviços bibliotecários: da guarda informacional ao acesso. **Rev. Dig. de Bib. e Ci. Inf.**, Campinas, SP, v. 13, n. 1, p. 138-155, jan. 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1585>. Acesso em: 18 dez. 2018.

SILVA, Elieny do Nascimento. **A responsabilidade social da biblioteconomia nas ações de extensão universitária**. 2018. 249 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/25357>. Acesso em: 26 jan. 2019.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

VALÉRIO, Erinaldo Dias; SANTOS, Raimunda Fernanda. O ensino das práticas de organização e tratamento da informação étnico-racial e sobre a diversidade de gênero frente à formação do (a) bibliotecário (a). **ConCI: Conv. Ciênc. Inform.**, São Cristóvão/SE, v. 1, n. 2, Ed. Especial, p. 210-217, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/conci/article/download/10278/7875>. Acesso em 26 jan. 2019.

VINHAL, Gabriela. Em 2018, 153 pessoas LGBTQi já foram mortas no Brasil vítimas de preconceito. **Correio Brasileiro**, 17 maio 2018. Disponível em: <https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/05/17/interna-brasil.681236/em-2018-153-pessoas-lgbti-foram-mortas-no-brasil-vitimas-de-preconceito.shtml>. Acesso em: 27 jan. 2019.

## Dados dos autores

### Denise Braga Sampaio

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, sob o fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Paraíba (Fapesq). Mestre em Ciência da Informação, pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Bacharel em Biblioteconomia, pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

[denisebs23@gmail.com](mailto:denisebs23@gmail.com)

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3948252543083879>

### Izabel França de Lima

Professora adjunta da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Docente do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFPB). Doutora em Ciência da Informação, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em Educação, pela UFPB. Especialista em Gestão de Unidades de Informação, pela UFPB. Bacharel em Biblioteconomia e Administração, pela UFPB.

[belbib@gmail.com](mailto:belbib@gmail.com)

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2774920113255079>



UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO CARIRI  
Centro de Ciências Sociais Aplicadas  
Mestrado Profissional em Biblioteconomia

Este periódico é uma publicação do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da [Universidade Federal do Cariri](#) em formato digital e periodicidade semestral.